

ACTA DA 2.^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE COORDENAÇÃO DA REVISÃO DO PDM DE VILA NOVA DE GAIA

(21 DE ABRIL DE 2005)

A 2.^a Reunião da Comissão Mista de Coordenação da revisão do PDM de Vila Nova de Gaia, realizou-se nas instalações da Câmara Municipal, pelas 10.30 horas e durante todo o dia, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1—Leitura e aprovação da Acta da 1.^a Reunião da CMC;
- 2—Informações relativas ao processo de revisão do PDM;
- 3—Ponto de Situação dos Trabalhos de Revisão do PDM em Curso;
- 4—Contribuições dos Representantes da CMC para o Processo de Revisão em Curso;
- 5—Programação do Acompanhamento da Revisão do PDM;
- 6—Conclusões.

Na reunião estiveram presentes:

Pela CCDRN:

- Eng.^a Teresa Ponce de Leão, Assessora Principal da DSGT/DOT e Presidente da CMC;

Pela CM de Vila Nova de Gaia/Gaiurb, EM:

- Eng. Mota e Silva - Director Municipal do Urbanismo da CMG;
- Arq. Manuela Juncal - Directora do Departamento de Planeamento Urbanístico da Gaiurb, EM;
- Eng. Pedro Silva - Consultor da Gaiurb, EM;
- Arq. Paisagista Paula Graça Antunes, membro da equipa da Revisão do PDM;
- Eng. Paula Ramos - Técnica Superior da Gaiurb, EM, membro da equipa da Revisão do PDM.

Estiveram também presentes os seguintes representantes e outros técnicos das entidades que integram a CMC:

- Eng.º Mário Jorge Carrão Amaral Coutinho, Director de Serviços da APDL;
- Arq.ta Joana Azevedo – Técnica Superior da APDL
- Arq.to Daniel Fortuna do Couto – Técnico Superior da ARS-N;
- Eng.^a Irene Maria Monteiro Pereira Cascarejo – Técnica Superior da DGRF;
- Eng.º António José Pereira Machado – Assessor Principal da DGTT;
- Eng. T. Agrário José António da Costa Rodrigues Alves – Técnico Especialista da DRAEDM;
- Eng.º José Luís da Silva Gonçalves – Responsável pela coordenação do acompanhamento dos PDM, na DRAEDM;

- Arq.to Gabriel Andrade e Silva – Técnico Superior Principal da DREMN;
- Dr. José Eduardo Teixeira Silva – Coordenador Educativo da DREN;
- Eng.^a Maria Júlia Costa e Silva Loureiro – Assessora Principal da DRE – Norte;
- Eng.^a Luísa Armanda Cordeiro Silva Cerqueira – Chefe de Divisão da EP, EPE;
- Dr.^a Rosa Manuela Pereira Araújo – Delegada Distrital do IDP – Porto;
- Eng.^a Maria Emília Sousa Martins Borralho – Chefe de Divisão do INAG;
- Dr.^a Leonor Raquel da Fonseca Sousa Pereira – Técnica Superior da Extensão de Vila do Conde, do IPA;
- Arq.ta Carla Maria Cruz - Técnica Superior do IPPAR;
- Eng. Ricardo Jorge Boavida Bastos Moreira – Técnico Superior da REFER;
- Eng.^a Olga Rita Soares Sampaio – Técnica Superior do SNB-PC;
- Dr. Carlos Manuel Pereira – Chefe de Divisão do SNRIPD;
- Dr.^a Maria João V. Murta Magalhães – Técnica Superior da Câmara Municipal de Gondomar
- Arq.to Pedro Nuno Castro e Silva – Técnico Superior da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira
- Sr. Francisco Santos Claro Oliveira – Presidente da Direcção da ACI-Gaia.

Na reunião estiveram ausentes os representantes das seguintes entidades:

- Direcção Geral de Infra-estruturas do Ministério de Defesa Nacional (DGIMDN);
- Direcção Geral do Turismo (DGT);
- Instituto da Conservação da Natureza (ICN);
- Câmara Municipal de Espinho;
- Associação de Defesa da Praia da Madalena (ADPM);
- Associação das Empresas de Vinho do Porto (AEPV);
- Santa Casa da Misericórdia de V.N. Gaia.

Justificaram a sua ausência, por impedimentos de última hora, o Sr. Vice-Presidente da CMG, Dr. Jorge Queiroz, o Eng. Manuel Miranda, Consultor da Gaiurb, EM e as seguintes entidades: DGT e ADPM.

Foi distribuída aos representantes presentes da CMC, a seguinte documentação:

- Actas das reuniões sectoriais de 07.03.2005, 17.03.2005, e 04.04.2005;
- Página n.º 7 da acta da 1.ª reunião da CMC, alterada por sugestão da DRAEDM;
- Notas prévias da CCDRN, entregues à equipa do PDM em 14.03.2005;
- Despacho do MAOT n.º 3321/2005, publicado na 2.ª série do DR n.º 32, de 15 de Fevereiro de 2005
- Relatório 2 – Versão provisória: Estudos Demográficos, Dinâmica do Território e Índice Geral;
- Relatório 2 – Versão provisória: Estudos Sectoriais, distribuídos de acordo com as áreas de intervenção das entidades representadas na CMC.

1— Leitura e aprovação da Acta da 1ª Reunião da CMC

No início da reunião a Eng.ª Maria Teresa Ponce de Leão apresentou a composição da mesa, constituída por:

- Eng.ª Maria Teresa Ponce de Leão, Presidente da CMC e representante da CCDRN;
- Eng. Mota e Silva, Director Municipal do Urbanismo da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;
- Arq.ta Manuela Juncal, Directora do Departamento de Planeamento Urbanístico da Gaiub,EM;
- Eng.º Pedro Silva, consultor da Gaiurb, EM.

A Eng.ª Maria Teresa Ponce de Leão propôs que se antecipe a hora de início das reuniões plenárias da CMC para as 10:00horas, destinando-se a primeira meia hora à distribuição de documentação aos representantes da CMC e que o início formal dos trabalhos seja às 10:30 horas. Justificou esta medida como forma de prolongar e rentabilizar o período da manhã e de dispor assim de mais tempo para o período de apresentação dos trabalhos e para o debate e contribuições sectoriais.

A proposta foi bem recebida pelos presentes e entrando em vigor o novo horário, a partir da próxima reunião plenária da CMC.

A Eng.ª Maria Teresa Ponce de Leão informou que a presente versão da acta da 1.ª Reunião da CMC já inclui as contribuições e sugestões feitas pela Gaiurb, DRAEDM e REFER à minuta de acta enviada por *e-mail*, em 28 de Março de 2005, a todos os membros da CMC.

Seguiu-se a leitura da acta da 1ª Reunião Plenária da CMC, tendo sido propostas as seguintes rectificações, por parte de representantes da CMC:

- A Arq.ta Carla Cruz, do IPPAR, propôs que na referência no ponto 6, a uma reunião sectorial com o IPPAR e o IPA não deveria utilizar-se a sigla IPPAR/IPA, por se tratar de entidades distintas;
- A Eng. Luísa Cerqueira, da EP, EPE, pediu para que fosse corrigido o nome da entidade que representa, (ex-IEP), para EP, EPE;
- A Eng. Maria Júlia Loureiro, da DRE-Norte, esclareceu que a entidade responsável pela servidão ao “gasoduto”, referida no ponto 6, é a Direcção Geral de Geologia e Energia – Lisboa.

A acta foi aprovada por unanimidade, com as rectificações referidas. As páginas alteradas na presente sessão serão anexadas à versão que vai ser assinada pelos presentes.

2—Informações relativas ao processo de revisão do PDM

A Eng.ª Maria Teresa Ponce de Leão mencionou os documentos distribuídos no início da reunião e informou que está concluída a versão provisória do Relatório 2 – Caracterização e Diagnóstico, elaborada pela equipa técnica da Revisão do PDM.

Referiu que o Relatório 2, de Caracterização e Diagnóstico, é constituído pelos seguintes relatórios sectoriais:

- 2.1 – Evolução demográfica e base socio-económica;
- 2.2 – Actividades económicas;
- 2.3 – Infraestruturas;
- 2.4 – Transportes e Mobilidade;
- 2.5 – Redes de equipamentos;
- 2.6 – Estrutura Ecológica Municipal;
- 2.7 – Espaços Públicos;
- 2.8 – Dinâmica do território 1994 – 2004;
- 2.9 – Morfotipologias de Ocupação do Território;
- 2.10 – Inventário do Património Arquitectónico.

A Arq.ta Manuela Juncal informou que foram distribuídos a todos os representantes da CMC os relatórios n.ºs 2.1 e 2.8, e que foram também seleccionados e distribuídos por representante, alguns dos restantes relatórios parcelares, de acordo com os respectivos conteúdos e as áreas de intervenção e tutela de cada entidade. Acrescentou ainda que todos os relatórios poderão ser consultados na Gaiurb e CCDRN e que caso alguma entidade entenda necessário, poderá ser disponibilizado a pedido, mais algum dos relatórios parcelares.

A Eng.ª Maria Teresa Ponce de Leão recordou as seguintes contribuições e orientações sectoriais para a revisão do PDM, elaboradas por entidades que integram a CMC:

- DRAEDM – “Metodologia para demarcação de RAN na Revisão dos PDM” – Recebido em 14 de Março de 2005;
- DGT – “Levantamento do alojamento turístico classificado”, do Inventário de Recursos Turísticos da DGT e “Listagem de projectos de estabelecimentos hoteleiros em apreciação na DGT” - Recebidos em 14 de Março de 2005;
- CCDRN – “Conteúdo material e documental da proposta de revisão do PDM” - Entregue em 14 de Março de 2005 e distribuído em 21 de Abril de 2005;
- INAG – “Normas orientadoras contidas no PBH do Douro e no Plano Nacional da Água a considerar na Revisão do PDM” – Recebido na CCDRN em 15 de Março de 2005;
- Associação de Defesa da Praia da Madalena – “Recomendações e princípios gerais para a Revisão do PDM” – Recebido em 18 de Março de 2005.

A Eng.ª Maria Teresa Ponce de Leão pediu que todas as contribuições e orientações sectoriais sejam enviadas simultaneamente, quer para a CCDRN, quer para Gaiurb, EM/C.M. V.N. Gaia.

A Eng.ª Maria Teresa Ponce de Leão informou das reuniões sectoriais realizadas após a 1.ª Reunião Plenária da CMC e que foram as seguintes:

- 7ª Reunião Sectorial sobre (re)delimitação da REN, entre a Equipa do PDM e a CCDRN, em 17 de Março de 2005;

- 8ª Reunião Sectorial, entre a Equipa do PDM, a CCDRN e a DREN, em 4 de Abril de 2005;
- 9ª Reunião Sectorial, entre a Equipa do PDM, a CCDRN e a ARS-N, em 4 de Abril de 2005, com Arq.to Daniel Fortuna do Couto em representação da ARS-N.

A Eng.ª Maria Teresa Ponce de Leão esclareceu que não foi ainda distribuída a acta da última reunião sectorial, por não estar ainda concluída.

O Dr. José Eduardo Teixeira Silva enviou por *e-mail* uma proposta de rectificação da versão hoje distribuída, da acta da 8ª Reunião Sectorial com a DREN, tendo a Eng.ª Teresa Ponce de Leão informado do teor da rectificação a fazer.

A Eng.ª Maria Teresa Ponce de Leão congratulou-se com a presença de mais uma representante da CMC que pertence à Circunscrição Florestal do Norte (DGRF), Eng.ª Irene Maria Cascarejo e referiu que ainda não foram comunicadas oficialmente as nomeações dos representantes das seguintes entidades:

- ARS-N;
- DGIMDN;
- DGRF;
- ICN.

3—Ponto de Situação dos Trabalhos de Revisão do PDM em Curso

A Arq.ta Manuela Juncal renovou a solicitação feita na 1.ª reunião da CMC, para a apresentação das contribuições dos representantes da Administração Central, sobre a informação que deverá constar na Planta de Condicionantes ou a confirmação do seu conteúdo actual.

A Arq.ta Manuela Juncal fez um ponto de situação do trabalho em curso, do desenvolvimento do processo de revisão do PDM e dos tempos estimados para a elaboração de um projecto de plano. A sua apresentação incidiu sobre os pontos-chave da fase de caracterização e a síntese do diagnóstico e realçou alguns desafios e opções estratégicas que já é possível delinear para a revisão do PDM.

Foram apresentados e projectados gráficos e cartas temáticas, nomeadamente, sobre:

- A ocupação do território – 1994/2004;
- A variação do n.º de alojamentos clássicos (1991/2001) e de fogos licenciados (1994/2003);
- As tipomorfologias de ocupação do território;
- A localização e diversidade das actividades económicas;
- As dinâmicas do investimento público e privado – 1994/2004;
- Os sistemas territoriais e as unidades de paisagem;
- Os desafios estratégicos que sustentam a revisão do PDM;
- A consolidação das potencialidades de cada sub-unidade territorial;
- Os desafios da operacionalidade, clareza e objectividade do PDM, em termos de gestão urbanística.

Foram identificadas tendências de polaridade na distribuição das actividades económicas, com destaque para a zona central da cidade e os núcleos do Fojo, Rechousa, Carvalhos e Oliveira do Douro.

A caracterização do modelo de território apresentado aponta para a existência de grandes sub-unidades territoriais, com algumas características de homogeneidade e individualidade.

Foram referidas as sub-unidades territoriais da Cidade, Orla Marítima, Meia Encosta Litoral, Estradas Nacionais, Orla Fluvial e Interior que se relacionam-se claramente com as unidades de paisagem definidas a partir de uma matriz de características e potencial ambiental.

As unidades de paisagem identificadas correspondem à Zona Norte, Faixa Litoral, Encosta Litoral, Bacia do Rio Febros, Encostas do Rio Douro e Bacia do Rio Uíma.

4—Contribuições dos Representantes da CMC para o Processo de Revisão em Curso

A Eng.^a Maria Júlia Loureiro, da DRE-Norte, aludiu ao relatório sectorial das actividades económicas e sugeriu que a regulamentação da actividade industrial no PDM seja flexível, sem particularização das classes industriais a prever nas diferentes áreas industriais ou no próprio tecido urbano, uma vez que a Câmara Municipal, em articulação com as entidades coordenadoras da administração Central, podem gerir eficazmente e caso a caso, a autorização de localização de actividades industriais, através de critérios complementares de salvaguarda da qualidade ambiental e adequada integração urbanística e paisagística, compatíveis com a legislação especial em vigor.

O Dr. José Eduardo Teixeira Silva, da DREN, chamou a atenção para algumas imprecisões quanto ao número de escolas em funcionamento e aos respectivos níveis de ensino.

A Arq.ta Carla Cruz, do IPPAR, admitiu que poderão não constar da versão actual da carta do património, todas as áreas classificadas ou em vias de classificação e referiu a necessidade de verificação da correspondência entre as localizações assinaladas na carta e a respectiva legenda. Comprometeu-se a enviar por *e-mail* a lista geral do património classificado ou em vias de classificação no IPPAR.

O Dr. Carlos Manuel Pereira, do SNRIPD, informou que o Censo de 2001 contém dados sobre as pessoas portadoras de deficiência e sugeriu que se apresentassem os referidos resultados concelhios e se esboçassem projecções demográficas para quantificação das necessidades de equipamentos e serviços de apoio.

A Arq. Manuela Juncal esclareceu que os relatórios parcelares distribuídos são versões provisórias que podem ter, eventualmente, omissões ou imprecisões que deverão ser assinaladas e corrigidas, contando-se para tal com a colaboração dos membros da CMC.

A Eng.^a Maria Teresa Ponce de Leão referiu o muito trabalho de avaliação e concertação a desenvolver em reuniões sectoriais, mas esclareceu que em muitos outros casos será dispensável o agendamento de reuniões sectoriais que iriam sobrecarregar os pro-

cedimentos de acompanhamento, bastando às entidades fornecer os seus contributos escritos nas reuniões plenárias da CMC ou então enviá-los para a CCDRN e Equipa da Gaiurb, EM/C.M. V.N. Gaia, conforme solicitado.

Sobre a Planta de Condicionantes distribuída a Eng.^a Maria Teresa Ponce de Leão chamou a atenção para a RCM n.º 28/94, de 6 de Maio, que ratificou parcialmente o PDM em vigor e onde se refere expressamente que devem ser observadas no concelho as restrições decorrentes das seguintes servidões:

- Servidão aeronáutica do Aeroporto de Francisco Sá Carneiro, instituída pelo Decreto Regulamentar n.º 7/83 de 3 de Fevereiro;
- Servidão do Rádio farol Locator de Santo Isidro, instituída pelo Decreto Regulamentar n.º 40/93 de 23 de Novembro;
- Servidão Radioelétrica, instituída pelo Decreto Regulamentar n.º 33/84 de 16 de Abril;
- Restrições decorrentes da Área de Jurisdição da APDL, definida pelo Decreto-Lei n.º 308/87 de 7 de Agosto.

A Eng.^a Maria Emília Borralho, do INAG, chamou a atenção para a necessidade de delimitar as zonas inundáveis no interior dos perímetros urbanos, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 364/98, de 21 de Novembro e referiu que os municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias num período de tempo que, pelo menos, inclua o ano de 1967 e que não se encontrem abrangidos por zonas adjacentes classificadas, devem elaborar uma carta de zonas inundáveis, que demarque, no interior dos perímetros urbanos, as áreas atingidas pela maior cheia conhecida. Sobre o Domínio Público Hídrico salientou o facto de a sua delimitação variar com a classificação das águas: águas do mar, águas navegáveis ou flutuáveis e águas não navegáveis nem flutuáveis.

O Eng.º Mota e Silva mencionou também o trabalho de delimitação do leito de cheia do rio Douro (entre a Afurada e a Ponte D. Luís) executado pelo Professor Veloso Gomes e entregue pela GaiaPolis para validação no INAG, no âmbito dos planos POLIS.

A Eng.^a Maria Emília Borralho vai inteirar-se no INAG, dos técnicos que acompanhavam quer os planos POLIS, quer o POA de Crestuma-Lever e o POOC para obter informações sobre os respectivos desenvolvimentos e conteúdos que interessam ao processo em curso de revisão do PDM.

Arq. Manuela Juncal solicitou à representante da APDL o desenho dos molhes no Rio Douro, tendo sido informada que esta informação deverá ser solicitado ao IPTM (Instituto Português dos Transportes Marítimos).

A Arq. Manuela Juncal pediu ao Arq. Gabriel Andrade e Silva da DREMNI o envio de uma listagem dos edifícios públicos. O Arq. Gabriel Andrade e Silva esclareceu que essa listagem deveria ser solicitada à Direcção Geral do Património, que também possui a delimitação das respectivas áreas de protecção.

5—Programação do Acompanhamento da revisão do PDM

A Eng.^a Teresa Ponce Leão recordou as reuniões sectoriais aprovada na 1.^a Reunião da CMC e pediu aos representantes presentes que se manifestassem quanto ao agendamento de novas reuniões sectoriais.

A Eng.^a Maria Emília Borralho aludiu à reunião prevista com o INAG e irá assegurar a participação dos técnicos deste organismo, com atribuições no acompanhamento e gestão do POA de Crestuma-Lever, POOC e Domínio Hídrico.

A Arq. Joana Azevedo da APDL manifestou interesse em participar numa das reuniões sectoriais com o INAG em que fossem abordados assuntos sobre o POOC e Domínio Hídrico, tendo sido informada que se encontra já prevista tal reunião, a agendar oportunamente e em conjunto com outras Entidades.

O Arq. Pedro Nuno de Castro e Silva da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira manifestou interesse em marcar uma reunião sectorial para análise da compatibilização entre a proposta de revisão do Plano Director Municipal de Santa Maria da Feira com a proposta de revisão do Plano Director Municipal de V.N. Gaia.

A Arq. Manuela Juncal informou que o processo de revisão do PDM de V.N. Gaia não estava numa fase tão adiantada quanto o de Santa Maria da Feira tendo manifestado disponibilidade para tal.

A Eng.^a Teresa Ponce de Leão propôs uma reunião sectorial com as Câmaras Municipais vizinhas para tratar das questões relativas ao acerto dos limites administrativos e articulação dos elementos estruturantes intermunicipais e sugeriu que se agendassem duas reuniões sectoriais para o mesmo dia, no qual, da parte da manhã reuniriam as Câmaras Municipais presentes na CMC com a EP-EPE, a CCDRN e Gaiurb,EM/C.M. V.N. Gaia, e da parte da tarde reuniriam o EP,EPE, a CCDRN e Gaiurb,EM/C.M. V.N. Gaia para discussão da rede viária nacional e regional, dentro do Concelho de Gaia.

A Eng.^a Teresa Ponce de Leão pediu às Câmaras Municipais presentes para verificarem se estavam a usar os limites administrativos do IGP, no processo de revisão dos respectivos PDM, para que na reunião sectorial prevista se pudesse confirmar o acerto dos limites entre PDM.

A Eng.^a Teresa Ponce Leão pediu também à Eng.^a Luísa Silva Cerqueira da EP,EPE que verificasse a representação das vias apresentada pela Gaiurb,EM/C.M. V.N. Gaia na Planta de Condicionantes distribuída, até à próxima reunião sectorial.

O Arq. Pedro Nuno de Castro e Silva da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira propôs ainda que se convocassem todos os concelhos da GAMP para a reunião de concertação dos elementos estruturantes intermunicipais, ao que a Eng.^a Teresa Ponce de Leão respondeu que uma reunião tão alargada saía do âmbito das competências da CMC do PDM de Vila Nova de Gaia.

O Eng.º Ricardo Jorge Boavida Bastos Moreira da REFER disse já ter contactado os técnicos da INVESFER para uma possível reunião sectorial, mas que ainda não tinha conseguido contactar os técnicos da RAVE.

A Eng.ª Teresa Ponce Leão identificou o seguinte conjunto de reuniões sectoriais a realizar no imediato:

- 6 de Maio, às 10:00 horas – DRAEDM , CCDRN e Gaiurb,EM/C.M. V.N. Gaia;
- 10 de Maio, às 10:30 horas – ICN (se entretanto for nomeado o seu representante na CMC), INAG (incluindo todos os sectores correlacionados), CCDRN e Gaiurb,EM/C.M. V.N. Gaia;
- 16 de Maio, às 10:00 horas – Representantes das Câmaras Municipais vizinhas, EP, EPE, CCDRN e Gaiurb,EM/C.M. V.N. Gaia;
- 16 de Maio, às 14:30 horas – EP-EPE, CCDRN e Gaiurb,EM/C.M. V.N. Gaia.

A Eng.ª Teresa Ponce Leão enumerou as reuniões sectoriais aprovada na 1.ª Reunião da CMC que ainda não foram realizadas e as restantes reuniões sectoriais acordadas que serão agendadas oportunamente e que no seu conjunto são as seguintes:

- REFER, RAVE, INVESFER, CCDRN e Gaiurb,EM/C.M. V.N. Gaia, sobre o TGV e restante rede ferroviária;
- IPPAR, IPA, DREM, CCDRN e Gaiurb,EM/C.M. V.N. Gaia, sobre património;
- DRE-Norte, DGT, IDP, CCDRN e Gaiurb,EM/C.M. V.N. Gaia, sobre actividades económicas, turismo e desporto;
- ICN, INAG, APDL, CCDRN e Gaiurb,EM/C.M. V.N. Gaia, sobre compatibilidade/conformidade com o POOC;
- ICN, INAG, Instituto de Navegabilidade do Douro, CCDRN e Gaiurb,EM/C.M. V.N. Gaia, sobre compatibilidade/conformidade com o POA Crestuma-Lever;
- ICN, INAG, CCDRN, DRAEDM e Gaiurb,EM/C.M. V.N. Gaia, sobre a Estrutura Ecológica Municipal;
- IDP, CCDRN e Gaiurb,EM/C.M. V.N. Gaia, sobre a Rede de Equipamentos Desportivos.

A Eng.ª Teresa Ponce Leão referiu ainda a importância de integrar a sensibilidade do SNB-PC em reuniões sectoriais com a DRE-Norte, DGT, IDP e DGRF, mas em fase mais avançada da revisão do PDM.

A Dr.ª Rosa Manuela Pereira Araújo, do IDP, propôs que também se convocasse a GAIANIMA, para as reuniões sectoriais com o IDP, por se tratar da empresa que gere os equipamentos desportivos municipais .

6—Conclusões

A próxima reunião da CMC ficou agendada para todo o dia 20 de Junho de 2005, terá início às 10h00 e será realizada nas instalações disponibilizadas para o efeito pela Câmara Municipal.

A ordem de trabalhos da reunião do dia 20 de Junho de 2005 será explicitada na convocatória a enviar, nos termos do “Regulamento” aprovado.

A Gaiurb, EM vai enviar a todos os representantes da CMC que não compareceram a esta reunião, a documentação hoje distribuída aos representantes presentes.

A Eng.^a Teresa Ponce de Leão, com a colaboração da CMG/Gaiurb, EM, vai elaborar a minuta da acta, que será enviada como versão preliminar, para todos os presentes, para verificação e adendas julgadas necessárias.

A versão corrigida da acta será enviada com a convocatória da próxima reunião plenária, a todos os membros da CMC e será lida e aprovada na próxima reunião da CMC.

O agendamento das reuniões sectoriais ficará dependente do andamento dos trabalhos e da disponibilidade dos participantes.

Toda a documentação produzida pela equipa, CMC e outras entidades, no âmbito do processo de revisão do PDM, ficará arquivada para consulta nas instalações da Câmara Municipal e da CCDRN.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião.

Vila Nova de Gaia, 21 de Abril de 2005

